

**Resumo dos workshops sobre mapeamento e estratégia das indústrias  
culturais e criativas de Angola:**

**Rumo a uma estratégia das indústrias culturais e criativas para Angola**

**julho de 2023**

Consultores: Camille Girouard e Luiz Oliveira

## Agradecimentos

Este relatório foi produzido no âmbito do Programa Conjunto UE-CNUCED para Angola: Train for Trade II com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflete necessariamente as opiniões da União Europeia.

# Train for Trade II

Programa Conjunto UE-CNUCED para Angola



## Índice

Agradecimentos.....	2
I. Introdução.....	4
II. Workshop presencial de apresentação e validação do relatório da UNCTAD “Mapeamento das indústrias culturais e criativas em Angola” .....	5
A. Metodologia aplicada e ferramentas de trabalho.....	5
B. Resultados do workshop pelos setores público e privado .....	9
III. Sequência do workshop em sessões online para aprofundar os temas dos ICCs.....	12
A. Sessão 1: Angola Creative Brand “A experiência do Plano Brasil Criativo” .....	12
B. Sessão 2: Marca Criativa de Angola “Marca País” .....	13
C. Sessão 3: Criando vínculos com redes culturais e criativas internacionais .....	13
D. Sessão 4: Divulgação e Promoção das ICCs: Acção em Angola .....	13
IV. Resultados coletados e análises das principais partes interessadas públicas e privadas das ICCs .....	14
V. Rumo a uma estratégia de ICC para Angola.....	15
VI. Esboço da estratégia da CCI para Angola .....	17
VII. Projetos e intervenções adicionais para fortalecer as ICCs de Angola .....	19
A. Estruturação do Ecosistema Criativo .....	20
B. Mapa do Ecosistema Criativo do Território .....	21
C. Projeto Estratégico para o Desenvolvimento do Território Criativo .....	21
D. Projeto de Sistema de Governança Inovadora de Territórios Criativos (SIG).....	21
E. Plataforma de Gerenciamento de Território Criativo.....	21
F. Certificação de Territórios Criativos .....	22
G. Escola Livre de Economia Criativa para países de língua portuguesa .....	22

## Figuras

Figura 1. Mapa mental criativo de Angola - 14 áreas de intervenção .....	6
Figura 2. A Economia Criativa e a dinâmica de funcionamento de seus elos.....	12

## Tabelas

Tabela 1. Reflexão sobre as recomendações dos participantes do workshop .....	8
Tabela 2. Recomendações por setor público e privado.....	9
Tabela 3. Desejos e expectativas para Angola a curto, médio e longo prazo.....	14
Tabela 4. Tópicos a serem abordados em uma estratégia angolana de ICC de acordo com os participantes do workshop .....	16

## I. Introdução

Angola é um país dependente do petróleo; assim, o seu desenvolvimento tem evoluído num contexto de fortes estrangulamentos estruturais e flutuações económicas. Como estudos internacionais têm mostrado ao longo dos anos, a inovação e a criatividade são consideradas os principais motores do crescimento de longo prazo em todas as economias e, portanto, devem ser consideradas pelas autoridades nacionais.

A necessidade de uma abordagem abrangente e conectada às várias áreas da governação pública é, sem dúvida, uma necessidade para as indústrias culturais e criativas de Angola. No entanto, essa necessidade é ainda mais ampla do que a viabilizada pelo Ministério da Cultura e Turismo (MINCULTUR), exigindo a criação de uma comissão multissetorial reunindo vários ministérios e articulando-se com a sociedade civil, investidores e praticantes da economia cultural.

A identidade de Angola é definida pela cultura das suas comunidades e pela criatividade do seu povo. Essa riqueza de expressões culturais e criativas tem potencial económico para beneficiar a sociedade como um todo e precisa ser incentivada. Daí a importância central do desenvolvimento de políticas, infraestruturas, incentivos e investimento nas artes, património e indústrias culturais e criativas, no apoio ao desenvolvimento social e cultural. Uma política cultural e criativa implica a reflexão sobre os seus valores e princípios e a tomada de decisão sobre os recursos humanos, técnicos, organizacionais e financeiros a mobilizar, sobretudo no atual contexto de contenção orçamental e crise económica.

As Indústrias Culturais e Criativas (ICCs) têm sido um setor crucial para o desenvolvimento e o bem-estar socioeconómico em todo o mundo há pelo menos vinte anos. Compreendendo sua importância, os setores público e privado dos países desenvolvidos têm estimulado o crescimento das indústrias culturais e criativas com o objetivo de geração de emprego e renda, regeneração de áreas urbanas, saúde mental, coesão social, turismo e desenvolvimento sustentável. Em termos de tempo de apoio prestado, que pode significar um atraso para Angola, se pensarmos por outro ponto de vista, coloca Angola numa posição privilegiada. Angola pode agora observar que intervenções e que modelos funcionaram ou falharam não só nestes países desenvolvidos, mas também nos países em desenvolvimento. A realização do Componente das Indústrias Criativas demonstra que há um entendimento de que as indústrias culturais e criativas são de fato um caminho alternativo para a diversificação económica do país. A possibilidade de Angola estruturar o sector através desta componente já confere a Angola uma vantagem competitiva, colocando o país numa posição de liderança, sobretudo em relação a muitos países do Sul Global.

A primeira parte do documento apresenta o contexto do Workshop presencial, em Luanda, para a apresentação e validação do relatório da UNCTAD "Mapeamento das indústrias culturais e criativas em Angola", metodologia aplicada e resultados estabelecidos conjuntamente pela setores público e privado das áreas dos ICCs de Angola.

A segunda parte do documento conecta os resultados coletados no workshop presencial, que foi dividido em 4 sessões online com um tema e um especialista que compõem a economia criativa do Sul Global; além da linha da sustentabilidade na produção dos setores culturais e criativos em geral. As sessões abrangeram duas sessões sobre Angola Criativa com os temas Plano Brasil Criativo - caso brasileiro, e Marca País, para além de uma sessão com o tema redes de internacionalização e, por fim, divulgação e promoção de ICCs.

A terceira parte aborda os resultados recolhidos nos processos de intervenção dos participantes no workshop presencial e online para o segmento de validação do relatório "Mapeamento das indústrias culturais e criativas em Angola" e o processo inicial para um plano de ação estratégia a implementar em Angola.

A quarta parte propõe exemplificar pontos relevantes para o desenho estratégico do Plano de Ação em Angola. As áreas de intervenção, projetos e linhas de ação concretas predisõem os resultados e caminhos para um plano efetivo que reverbera na comunidade CCI como um todo.

A quinta e última parte traz recomendações com produtos concretos e desenhos estratégicos como inspiração, bem como possíveis ações governamentais para o crescimento das áreas culturais e criativas em Angola.

## **II. Workshop presencial de apresentação e validação do relatório da UNCTAD “Mapeamento das indústrias culturais e criativas em Angola”**

Este workshop insere-se no Programa Conjunto UE-UNCTAD para Angola: Train for Trade II com o objetivo de aumentar o potencial económico das indústrias culturais e criativas em Angola gerando ganhos de emprego, comércio e desenvolvimento. Este workshop é organizado com o apoio financeiro da União Europeia e faz parte de um conjunto de atividades desenvolvidas para a Componente de Economia Criativa.

O workshop decorreu de 30 de janeiro a 1 de fevereiro de 2023 em Luanda com os objetivos de:

- Apresentar e validar o relatório final “Mapeamento das indústrias culturais e criativas em Angola”; Isso é
- Discutir e acordar um plano para a formulação de uma Estratégia de Economia Criativa para Angola.

O workshop presencial teve início no 1º dia com o setor público, seguindo-se o setor privado e no 3º e último dia com a presença de todos os participantes. O objetivo foi garantir a qualidade dos debates e atividades de cada setor e concluir com a intervenção de todos os presentes (técnicos, artistas, associações, grupos governamentais, etc.) para alinhar e validar o relatório apresentado.

Mais de 40 participantes de diferentes setores governamentais e criativos mergulharam nas análises do relatório “Mapeamento das indústrias culturais e criativas em Angola” a partir da partilha de ideias, colaboração de sugestões e ligação transversal aos ICCs de Angola. A diversidade de áreas e visões contribuiu para a riqueza e relevância dos debates, que propõem, em suma, a comunicação e troca de experiências para o bem coletivo de Angola com as ferramentas possíveis para o desenvolvimento local a curto, médio e longo prazo.

### **A. Metodologia aplicada e ferramentas de trabalho**

Com base no relatório final “Mapeamento das indústrias culturais e criativas em Angola” da UNCTAD, as atividades desenvolvidas nos grupos abordaram diretamente as áreas de intervenção para o desenvolvimento do Angola Criativa, bem como os temas de recomendação que foram o motor do processo de reflexão e validação do relatório apresentado.

De acordo com o relatório “Mapeamento das indústrias culturais e criativas em Angola”, existem 14 grandes áreas sujeitas a intervenção, nomeadamente:

Figura 1. Mapa mental criativo de Angola - 14 áreas de intervenção



Fonte: elaboração própria, 2023. See More

## 1. Políticas públicas e governança

- **Coordenação e gestão:** O Governo de Angola precisa de desenvolver estruturas de comunicação interna (constituídas por grupos de trabalho) para coordenar os ministérios, secretarias e institutos relevantes que possam colaborar no desenvolvimento de CCIs. A sociedade civil também deve se organizar para se tornar um forte parceiro do governo e defender as ICCs.
- **Taxonomia:** Há muito pouca informação sobre as CCIs em Angola. Uma taxonomia e classificação oficiais permitiriam a coleta de dados de e por órgãos competentes. Sugere-se que as autoridades encomendem uma auditoria dos métodos disponíveis e melhores para a criação de um sistema de informação cultural de países desenvolvidos e em desenvolvimento; e incorporar as melhores práticas em um sistema nacional de medição (veja abaixo).
- **Legislação:** As regras de direitos autorais e a lei de patrocínio são instrumentos essenciais que fornecem às autoridades o mandato de implementar, fazer cumprir e disseminar adequadamente as diretrizes legais. A atual proposta de Lei do Mecenato para patrocínio é alvo de muitas críticas, principalmente no que diz respeito à falta de clareza sobre o funcionamento desse instrumento.
- **Propriedade intelectual:** A criação e a inovação estão no centro das ICCs, mas devem ser apoiadas por uma estrutura de propriedade intelectual eficiente e eficaz, incluindo a capacidade de registrar e proteger o trabalho criativo de forma que permita e garanta a monetização a curto, médio e longo prazo para criadores.

## 2. Medição

- **Estatísticas:** Por um lado, a falta de dados obriga o governo a trabalhar “às cegas” e resulta na subestimação do potencial das ICCs. Por outro lado, o setor privado (formal e informal) também não reconhece o potencial das ICCs e, portanto, não consegue se posicionar como um pilar social, cultural ou econômico essencial. A ausência de estatísticas detalhadas também resulta em uma lacuna de conhecimento sobre as ICCs angolanas no mercado internacional, impossibilitando a Angola a chance de defender seus criativos e a economia criativa. A maior disponibilidade de dados de CCI angolanos no mercado global e instituições internacionais poderia legitimar a atratividade de Angola e resultar numa maior alocação de capital privado internacional, e outros tipos de financiamento, para projetos culturais e criativos e cooperação.
- **Coleção de dados:** Para melhorar a medição, o governo precisa de promover iniciativas de recolha e divulgação de informação e estatísticas sobre as ICC, melhorar a capacidade nacional de recolha de dados sobre as ICC e apoiar o Instituto Nacional de Estatística (INE) na recolha de dados detalhados sobre as empresas nas ICCs, tais como: pessoas que trabalham na indústria, desagregadas por sexo e atos; número de empresas que contribuem para as ICCs e economia criativa; informações da indústria;

e tamanho da empresa por número de funcionários e receita – tudo isso forneceria uma imagem mais precisa das ICCs de Angola.

### 3. Fortalecimento

- **Educação e treinamento:** Embora existam estruturas para treinar e capacitar pessoas para trabalhar nos CCIs, mais professores e materiais são necessários para melhorar a qualidade e a quantidade de recursos humanos necessários para o crescimento de CCIs mais vibrantes. Para além da formação centrada nas profissões culturais e criativas, é também essencial a formação em gestão cultural, empreendedorismo, finanças, promoção internacional e marketing.
- **Parcerias:** Com as habilidades certas para construir parcerias internacionais, instituições e empreendedores nas ICCs também podem se beneficiar da cooperação internacional.
- **Infraestrutura física:** Melhorias na infraestrutura física do país, incluindo espaços culturais, acesso à eletricidade e mobilidade, são necessárias para proporcionar espaços para criar, distribuir e consumir arte, cultura e criatividade.
- **Infraestrutura digital:** Melhorias na qualidade e acessibilidade da distribuição de Internet e telefonia em Angola são essenciais para o desenvolvimento das CCIs; e, de fato, ecossistemas inteiros de apoio que estimulam o crescimento.

### 4. Finanças, inovação e tecnologia

- **Financiamento:** As ICCs tendem a demandar investimentos públicos e outros, mas os empreendedores criativos precisam de apoio e recursos para desenvolver e implementar seus projetos; e escalá-los, já que geralmente dependem de mão-de-obra, equipamentos ou tecnologia. As ICCs tendem a ter dificuldade para acessar até mesmo o microfinanciamento, devido à variabilidade dos rendimentos e seu impacto nas pontuações de crédito. Como resultado, os bancos precisam trabalhar para entender o setor e seu potencial e adaptar suas políticas para oferecer aos trabalhadores criativos acesso a empréstimos; e apoiar os esforços para construir sua credibilidade. Além do financiamento privado tradicional, outras formas de apoio, como incentivos fiscais, esquemas sociais e financiamento público – como concursos permanentes e contratos públicos esporádicos – são essenciais.
- **Rotas para receita:** Resolver questões relacionadas a pagamentos internacionais e online é crucial para monetizar o setor; e pode ser uma área onde novas tecnologias de pagamentos móveis e outras inovações podem surgir.

### 5. Promoção

- **Marca e imagem:** Os produtos culturais e criativos de Angola carecem de uma marca e imagem fortes e vendáveis a nível nacional e global. Campanhas de marca e comunicação podem destacar a importância e o papel do setor em tudo, desde a criação de empregos até a coesão social e a diplomacia cultural. As campanhas também podem ajudar os produtos culturais e criativos do país no mercado e melhorar a imagem geral de Angola – seu povo, cultura, tradições, voz, práticas e outras novas possibilidades. Adicionalmente, o reforço da marca “Angola Criativa” poderá promover a exportação de bens e serviços criativos e aumentar a sua atractividade no mercado internacional do turismo cultural e criativo.
- **Diplomacia cultural e criativa:** O fortalecimento da diplomacia cultural e criativa, especialmente com os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) e outros países de língua portuguesa, pode aumentar os intercâmbios internacionais e a participação dos trabalhadores criativos angolanos no desenvolvimento, ajuda, financiamento, temporada cultural e programas de cooperação dirigidos às ICCs.

Do diagnóstico acima descrito, foram elencadas 14 recomendações ou linhas de ação para dinamizar as indústrias culturais e criativas de Angola. Estas recomendações foram apresentadas no relatório final em 5 blocos temáticos, a saber:

1. Políticas públicas e governança
2. Medição
3. Fortalecimento
4. Finanças, inovação e tecnologia
5. promoção

A seguir, um resumo das recomendações que foram abordadas para o processo de validação na UNCTAD e no workshop nacional da UNCTAD sobre “Mapeamento e Estratégia das Indústrias Culturais e Criativas de Angola”. O processo do workshop envolveu a reflexão crítica em grupo de forma a garantir maior horizontalidade na tomada de decisão, quer na validação direta da recomendação quer na adaptação/sugestão de melhoria dos temas abordados.

**Tabela 1. Reflexão sobre as recomendações dos participantes do workshop**

<b>5 TÓPICOS DE RECOMENDAÇÕES</b>	
<b>1. Políticas públicas e governança</b>	1. Organizar um modelo de governação eficaz que envolva o Governo angolano, o sector privado e a sociedade civil, para que desenvolvam estruturas e parcerias fortes no desenvolvimento da ICC.
	2. Desenvolver uma política e uma estrutura regulatória que abranja aspectos relacionados ao CCI, como classificação, monitoramento, avaliação, direitos autorais e incentivos de patrocínio.
<b>2. Medição</b>	3. Melhorar a capacidade nacional para coletar dados detalhados sobre ICC e apresentar sua contribuição socioeconômica para a conscientização pública sobre o papel vital do setor na economia nacional.
	4. Apoiar o Instituto Nacional de Estatística (INE) na recolha de dados detalhados sobre as empresas das ICC, tais como trabalhadores do setor desagregados por sexo e idade, número total de empresas por setor, dimensão das empresas e receitas, etc.
<b>3. Empoderamento</b>	5. Promover formação básica, superior e técnica com foco em CCI para profissionais públicos e privados em áreas como governança, gestão, empreendedorismo, promoção internacional, marketing, etc.
	6. Melhorar a qualidade e acessibilidade do acesso à Internet em Angola.
	7. Reformar e melhorar a infraestrutura física, bem como o espaço de criação, distribuição e consumo de arte, cultura e criatividade.



4. Finanças, inovação e tecnologia	8. Melhorar a infraestrutura digital do país e melhorar o acesso de profissionais criativos.
	9. Envolver setores culturais tradicionais com novas mídias criativas, artes digitais, videogames, etc.
	10. Abordar questões relacionadas a pagamentos internacionais e online, que são fundamentais para rentabilizar o setor.
5. Promoção	11. Valorizar a marca “Angola Criativa” para promover a exportação de bens e serviços criativos e aumentar a atratividade dos circuitos turísticos culturais e criativos internacionais.
	12. Incentivar o financiamento privado de atividades culturais e criativas, e diversas formas de financiamento, como concursos públicos e concursos permanentes.

## B. Resultados do workshop pelos setores público e privado

O processo de facilitação da oficina teve como objetivo estimular os grupos participantes a avaliar os pontos de recomendação e adequá-los ao que é pertinente ao senso comum. Os resultados das discussões entre os grupos participantes estão resumidos abaixo:

**Tabela 2. Recomendações por setor público e privado**

5 TÓPICOS DE RECOMENDAÇÕES		
	Setor Público (dia 1)	Setor privado (dia 2)
1. Políticas públicas e governança	1. Investimento na formação e capacitação de técnicos para atuação nas áreas dos ICCs.	1. Organizar modelos sustentáveis e fortalecidos de comunicação, treinamento e fluxos de informação sobre a relevância dos ICCs no nível governamental e comunitário.
	2. Elaboração de um programa de formação em cada área dos ICCs e Profissionalização e formação de artistas culturais no âmbito profissional e pessoal administrativo.	2. Reformular e promover leis, mecanismos e políticas públicas para adequá-los à realidade angolana.
2. Medição	3. Incentivar programas e projetos em espaços públicos como fonte direta de coleta e compilação de dados sobre artistas e fazedores culturais locais.	3. Programas de sensibilização com ciclos de formação para recolha de dados e aprofundamento de dados do setor.
	4. Apoiar o Instituto Nacional de Estatística (INE) na recolha de dados detalhados através de eventos e programas em colaboração com entidades reguladoras para compreensão dos ICCs e monitorização	4. Apoiar o Instituto Nacional de Estatística (INE) na recolha de dados para a catalogação dos acervos culturais, equipamentos e espaços úteis dos ICCs.

	quantitativa do sector.	
<b>3. Empoderamento</b>	5. Promover formação de qualidade para criar oportunidades de estágio que fortaleçam a divulgação da arte nos setores dos CCl's.	5. Capacitação e promoção de profissionais públicos e privados, bem como das comunidades locais, bem como mitigação de atividades informais, com a facilitação de processos de legalização de TPIs.
	6. Melhorar a qualidade e acessibilidade do acesso à Internet em Angola, especialmente nas periferias, para facilitar a promoção dos fazedores de cultura.	6. Melhorar a qualidade e acessibilidade do acesso à Internet em Angola e infra-estruturas de saneamento básico para a população.
	7. Renovar e melhorar a infraestrutura física para divulgar iniciativas, como feiras de artesanato, para arrecadar receitas do turismo nacional e internacional, além de criar espaços de lazer comuns a todos.	7. Facilitação de processos de aquisição e arrendamento (bem como recuperação de espaços abandonados) para fins culturais, bem como manutenção e preservação através de concursos e outras modalidades.
<b>4. Finanças, inovação e tecnologia</b>	8. Incentivos fiscais para investidores do setor, capacitação de atores profissionais e consumidores desses serviços.	8. Maior intercâmbio entre os provedores de serviços bancários e o setor de CCI.
	9. Criação de mecanismos facilitadores para a criação de uma plataforma de vendas digital regulamentada que permita o acompanhamento dos processos internos.	9. Melhorar as condições de vida e a infraestrutura digital do país para a regulamentação dos profissionais criativos e demais stakeholders.
	10. Atribuir competências às associações culturais para a acreditação dos seus membros.	10. Fortalecer as tecnologias de registro, identificação e controle da propriedade intelectual das ICCs.
<b>5. Promoção</b>	11. Registro e capitalização de produtos ICCs, facilitação de crédito para resgate cultural e registro de marcas locais.	11. Desenvolvimento de cotas culturais e criativas para promover artistas e fazedores de cultura em programas de formação e exportação de bens e serviços.
	12. Industrialização, promoção e intercâmbio cultural dos produtos dos ICCs e ativação da representação diplomática do setor.	12. Fortalecer a diplomacia cultural e criativa, fundo cultural para concursos (através de editais) e políticas de incentivo às manifestações culturais e criativas em Angola.

Os debates também permitiram o desenvolvimento de pontos comuns entre os setores público e privado envolvidos com as ICCs angolanas presentes no workshop. Alguns dos resultados estão resumidos na tabela abaixo:

<b>1. Políticas públicas e governança</b>	Mecanismos de protecção dos bens e serviços culturais e criativos angolanos e salvaguarda dos processos de regulação do autor.
---	--

*direito autorale* é uma ferramenta de proteção de conteúdo autoral, dando direitos de propriedade para aqueles que usam seu intelecto para produzir algo único. Em Angola, foi identificado pelos fazedores de cultura, e mesmo por entidades governamentais, que não existe uma política de protecção dos fazedores de cultura e, consequentemente, perde-se a marca angolana. A preservação dos bens e serviços angolanos locais são fundamentais para os enquadramentos legais e legalização das actividades e ofícios como património angolano.

<b>2. Medição</b>	Promover iniciativas para coletar estatísticas coerentes e atualizadas e para apoiar a identificação de atividades e atores da ICC
-------------------	--

A falta de dados fiáveis e actualizados dificulta a capacidade dos sectores do CCI para medir o impacto e mapear os criadores da cultura local, dificultando assim as estratégias de reconhecimento de bens e serviços angolanos. A relação entre áreas primárias e secundárias de coleta de dados e técnicos é essencial para o ecossistema das áreas culturais e criativas e suas estratégias.

<b>3. Empoderamento</b>	Infraestruturas básicas (internet, equipamentos, ferramentas) para acessibilidade e preservação do património e atores/formadores da cultura angolana
	Novos modelos de formação e capacitação nos sectores do CCI e desenvolvimento de políticas públicas na governação das áreas culturais e criativas angolanas.

Infraestruturas como equipamentos culturais, espaços para criação de pólos, ponto focal para a agenda cultural angolana foram apontadas como inexistentes para a preservação do património e formadores da cultura angolana. O país necessita de um projecto transversal às áreas estruturantes do bem-estar da sociedade angolana para ter sucesso nas agendas e programas locais.

Reforço na formação e formação de técnicos do órgão governamental. A falta de instruções desencontradas, fragilidades institucionais, poucas linhas de projetos e editais são fatores que reduzem o poder presente em Angola para o desenho estratégico do governo de um plano de ação concreto. Novas estratégias de formação de quadros técnicos e governamentais são essenciais para o desenvolvimento sustentável das áreas culturais e criativas.

<b>5. Promoção</b>	Diplomacia cultural e programas de networking internacional para conexões entre hubs e fronteiras
--------------------	---

Fomentar programas e relações internacionais para promover a cultura angolana foi uma ação identificada como restrita e pouco abordada no planeamento governamental. A necessidade de incentivar os stakeholders angolanos a criar e divulgar bens e serviços locais é essencial para uma maior ligação com outros países/continentes e uma aproximação entre os países e os fazedores de cultura. Assim, as diversidades culturais e as relações internacionais são ampliadas para o desenvolvimento de parcerias com outros países.

### III. Sequência do workshop em sessões online para aprofundar os temas dos ICCs

Na sequência do Workshop Nacional de Mapeamento e Estratégia das Indústrias Culturais e Criativas de Angola, decorreram 4 sessões online de aprofundamento da dinâmica dos setores criativos para o desenvolvimento dos ICCs em Angola.

As sessões foram organizadas e planejadas com base nas dinâmicas e funcionamentos dos setores culturais e criativos nos elos da economia criativa. Ou seja, as sessões online passaram pelas etapas: CRIAÇÃO - PRODUÇÃO - DIVULGAÇÃO/DISTRIBUIÇÃO - CONSUMO/APROVEITAMENTO dos setores culturais e criativos.

**Figura 2. A Economia Criativa e a dinâmica de funcionamento de seus elos**



**Fonte:** Plano da Secretaria de Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011-2014, Ministério da Cultura do Brasil, 2011

O percurso das sessões online foi formatado por temas e com especialistas nas áreas para alargar as reflexões sobre a Angola Criativa e as conclusões do relatório da componente das indústrias culturais e criativas de Angola. Apresentamos a seguir os conteúdos e proposições das sessões de encerramento do Workshop Nacional de Mapeamento e Estratégia das Indústrias Culturais e Criativas de Angola.

#### **A. Sessão 1: Angola Creative Brand “A experiência do Plano Brasil Criativo”**

A primeira sessão online do Workshop Nacional de Mapeamento e Estratégia das Indústrias Culturais e Criativas de Angola decorreu na quinta-feira, dia 9 de março de 2023, pelo especialista Luiz Oliveira, com o tema Marca Criativa de Angola: A experiência do Plano Brasil Creative como um caso de plano de ação na esfera pública. O tema apresentado estimulou os participantes a aprofundar e buscar estratégias para iniciativas do setor público. Os 5 tópicos de recomendação apresentados no relatório final dos ICCs angolanos serviram de base para a formulação do desenvolvimento sustentável local. Reflexões sobre como melhorar a comunicação entre os técnicos, bem como construir uma ponte com o setor privado; marca de identidade do país; treinamento e capacitação para os setores dos CClis foram alguns dos temas abordados pelos participantes.

##### **Mini bio especialista Luiz Oliveira:**

Economista, Mestre em Administração de Empresas e especialista em Análise de Dados em Políticas Públicas. Entre 2011 e 2014, foi diretor de desenvolvimento e monitoramento da Secretaria Nacional de Economia

Criativa do Ministério da Cultura, em Brasília. Em 2015 e 2016, foi assessor de planejamento estratégico da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, em Brasília. Em 2017 e 2018, ocupou o cargo de coordenador geral de estatísticas e indicadores culturais do Ministério da Cultura, em Brasília.

## **B. Sessão 2: Marca Criativa de Angola “Marca País”**

A segunda sessão online do Workshop Nacional de Mapeamento e Estratégia das Indústrias Culturais e Criativas de Angola decorreu na quinta-feira, dia 6 de abril de 2023, com o tema Marca Criativa de Angola “Marca País”, que resulta de um processo que estuda elementos de cultura e tradição de um país, buscando sua identidade única, além de indicadores econômicos. O objetivo de desenvolver estratégias em torno da marca-país é melhorar sua imagem e reputação junto a outros países. Esta sessão apresentou abordagens estratégicas para a construção de uma economia sustentável, começando pelas indústrias culturais e criativas, para encorajar Angola a agir e implementar planos concretos que se baseiem nas suas culturas e marcas locais.

### **Mini bio especialista Vinícius Lages:**

Diretor-Superintendente do Sebrae/AL; Engenheiro Agrônomo; Doutor em Desenvolvimento Sustentável/ Escola de Ciências Sociais de Paris; Ex-Ministro do Turismo e Ex-Diretor do Sebrae Nacional.

## **C. Sessão 3: Criando vínculos com redes culturais e criativas internacionais**

A terceira sessão online do Workshop Nacional de Mapeamento e Estratégia das Indústrias Culturais e Criativas de Angola decorreu na quinta-feira, dia 11 de maio de 2023, com o tema Criando Ligações com Redes Culturais e Criativas Internacionais da autoria da especialista Ana Ferreira do projeto PROCULTURA, apresentar linhas de financiamento e ferramentas de networking capazes de conectar Angola internacionalmente. A sessão abriu o debate sobre inserção internacional, capacitação e capacitação para os setores público e privado e abertura de iniciativas com as CCI's.

O principal objetivo desta sessão foi discutir e desenvolver oportunidades para as Indústrias Culturais e Criativas de Angola se conectarem com as Redes Culturais e Criativas Internacionais. As redes culturais e criativas internacionais são cruciais para os ICCs de Angola, pois fornecem aos artistas e trabalhadores criativos oportunidades para mostrar o seu trabalho numa plataforma global e aceder a conhecimento, experiência e recursos. Ao ligar-se a redes internacionais, as Indústrias Culturais e Criativas de Angola podem expandir o seu alcance para além das suas fronteiras, aceder a novos mercados e criar novas parcerias. Além disso, as redes internacionais podem oferecer oportunidades de capacitação e treinamento, que podem ajudar artistas e empreendedores locais a melhorar suas habilidades e competitividade no mercado global.

### **Mini Bio da especialista Ana Ferreira:**

Assistente Técnica do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, IP e responsável pelo projecto PROCULTURA em Angola e São Tomé e Príncipe.

## **D. Sessão 4: Divulgação e Promoção das ICCs: Acção em Angola**

A quarta sessão online do Workshop Nacional de Mapeamento e Estratégia das Indústrias Culturais e Criativas de Angola decorreu na quinta-feira, dia 8 de junho de 2023, com o tema Divulgação e Promoção das ICCs: Acção em Angola que se propôs trazer um case de projetos Eventos africanos realizados no Brasil com repercussão mundial. Os ICCs precisam de um espaço de divulgação da cultura e de agentes atuantes nas necessidades e locais de atuação em relação aos setores público e privado. Nesta última sessão do workshop, foi proposto conhecer as ferramentas utilizadas no caso da Feira Preta e PretaHub como inspiração para o território angolano pela especialista Adriana Barbosa. Nesta oficina final, os participantes puderam conhecer as ferramentas utilizadas nos projetos Feira Preta e PretaHub como inspiração para Angola.

**Mini Bio da especialista Adriana Barbosa:**

CEO do Instituto Feira Preta, Graduada em Gestão de Eventos, possui especialização em Gestão Cultural pelo Centro de Estudos Latino-Americanos em Cultura e Comunicação USP. Criou a maior feira de cultura negra da América Latina: a Feira Preta. Além do PretoHub, espaço para criatividade, inventividade e tendências negras.

#### IV. Resultados coletados e análises das principais partes interessadas públicas e privadas das ICCs

Durante o processo do workshop, os participantes foram estimulados a planejar ações de curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento das ICCs em Angola. Os resultados apresentados a seguir ilustram as intervenções que permearam todo o workshop e reforçam linhas de ação claras para o desenvolvimento estratégico do Plano de Ação em Angola.

**Tabela 3. Desejos e expectativas para Angola a curto, médio e longo prazo**

Intervenção chave dos participantes dos ICCs		
curto prazo	meio termo	longo prazo
Inventário do que consta nos ICCs e regulamentação dos setores.	Manutenção do Fundo Nacional de apoio ao desenvolvimento cultural e regulação da sua utilização.	Intercâmbio internacional.
Reconhecimento dos fazedores de cultura pelo Estado e registro nacional dos ICCs para regulamentação.	Internacionalizar a marca Creative Angola.	Articular a relação entre o Ministério da Cultura e outros ministérios.
Angola Marca Criativa.	Direitos Autorais de Angola.	Planos e projetos sustentáveis para ICCs.
Banco de Dados ICC.	Plano de capacitação e treinamento nas áreas dos ICCs para os fazedores de cultura.	Formulação de políticas catalisadoras com incentivos ao desenvolvimento de todo o sistema de cultura e criação.
Cadastramento de atores culturais, formação de atores e qualificação do patrimônio cultural.	Colaboração entre os setores cultural, econômico e jurídico.	Plataforma com mapeamento das principais atividades dos CCI.
Apoie criadores e produtores de cultura, valorize o Prêmio Nacional, audiovisual comprometido com a promoção dos ICCs.	Políticas públicas culturais e catalogação de ICCs.	Independência dos TPIs do Estado.
Divulgação de leis sobre cultura e regulamentação de ICCs.	Políticas públicas voltadas para os setores culturais e criativos.	Incentivar programas e leis para ICCs.
Comunicação e Marketing para a Angola Criativa.	Produção de meios de financiamento de bens e serviços culturais angolanos.	Valorização de bens culturais, direitos autorais e propriedade intelectual.
Sorteio governamental de técnicos e especialistas para os setores de CCI.	Monitoramento e políticas públicas para ICCs.	Promoção de financiamento e internacionalização.
Mapeamento das expressões culturais angolanas.	Mapear o patrimônio cultural para promover os produtos criativos angolanos para a empregabilidade.	Financiamento de produtos angolanos.
Formação e qualificação de técnicos nas áreas da cultura.	Promoção e regulamentação da internacionalização das produções africanas.	Manutenção e acompanhamento dos setores culturais e criativos.

Legislação e recolha de dados nas áreas da cultura.	Equipamentos culturais e espaços de colaboração entre criadores de cultura.	Plataforma para os setores CCI.
Tendências públicas para viabilidade de crescimento nas áreas dos ICCs.	Ações para o turismo cultural e sustentável em Angola.	Plataforma de divulgação e promoção de bens e serviços angolanos.
Capacitação e treinamento nas áreas de ICCs nos setores público e privado.	Fontes de financiamento e formação de técnicos.	Cooperativas e grupos de formação cultural.
A educação artística no ensino público.	Projetos de cooperação entre os setores público e privado.	Infraestrutura para residências artísticas e internacionalização.
Pesquisa, treinamento e legislação.	Programas de encontro entre os setores público e privado.	banco de dados ICC.

Os pontos de intervenção apontados na oficina foram:

1. Capacitação e treinamento de técnicos do órgão governamental visando o aprimoramento da elaboração de projetos e ações de incentivo à cultura angolana.
2. Regulação, formalização e desenvolvimento de cooperativas para organização de setores culturais e criativos ativos e possibilidade de transversalidade com outras áreas.
3. Elaboração e implementação de Projetos de revitalização de espaços e equipamentos culturais para a promoção e divulgação dos ICCs.
4. Construção de uma plataforma de base de dados e estatísticas dos ICCs angolanos.
5. Construção de uma plataforma de e-commerce e promoção de bens e serviços culturais e criativos angolanos.
6. Regulamentação de direitos autorais e direitos autorais no país.
7. Fornecer fontes de financiamento e construir redes internacionais para a diplomacia cultural.

## V. Rumo a uma estratégia de ICC para Angola

Durante o desenvolvimento do workshop, foi apresentada a estrutura básica de uma estratégia que deve ser introduzida para o desenvolvimento das ICCs de Angola. Neste caso, são abordadas necessidades, desafios e prioridades nacionais específicos. O objetivo de uma estratégia de CCI para Angola é:

- Definir um quadro para todas as partes interessadas angolanas do CCI para maximizar o potencial das indústrias criativas e culturais;
- Enviar uma mensagem forte às partes interessadas sobre a importância dos ICCs angolanos;
- Aumentar a visibilidade dos ICCs angolanos no exterior.

Em Angola já existe um **base analítica** (o relatório de mapeamento) a partir do qual as autoridades angolanas em conjunto com os intervenientes do sector privado podem partir para a elaboração de uma estratégia e que identificou pontos fortes, obstáculos e áreas a necessitar de intervenção.

Uma estratégia CCI pode incluir os seguintes elementos:

- **Visão** para as ICCs de Angola que todos os intervenientes partilham
- **princípios orientadores** incluem crenças, valores e comportamentos compartilhados entre as partes interessadas
- **Antecedentes sobre CCIs**
- **Análise das partes interessadas**
- **Objetivos** que fornecem soluções para problemas
- **Ações** necessário para produzir soluções
- **Resultados** expressar wespera-se que o chapéu seja alcançado
- **Implementação**

Neste contexto, o quadro abaixo apresenta algumas ações que os grupos (públicos e privados) identificaram como essenciais para a estratégia da CCI em Angola:

**Tabela 4. Tópicos a serem abordados em uma estratégia angolana de ICC de acordo com os participantes do workshop**

<b>Ações</b>	
<b>Grupo 1</b>	1. Treinamento e capacitação para plataforma de banco de dados ICCs.
	2. Incentivar a transmissão de saberes/práticas em espaços/oficinas para a sustentabilidade dos ICCs.
	3. Promover maior engajamento do setor privado na área social para o setor cultural e criativo.
	4. Criar políticas públicas para impulsionar o setor na expansão da comunicação e promoção em Angola.
	5. Criar treinamentos gratuitos e extensivos para os setores do CCI.
	6. Fiscalizar e fiscalizar os bens e serviços das CCI.
<b>Grupo 2</b>	1. Criar um conjunto de medidas institucionais, como programas de apoio, de promoção de actividades culturais para o desenvolvimento de Angola.
	2. Capacitar todos os atores envolvidos (públicos e privados) nas ICCs.
	3. Criar uma plataforma digital que facilite a promoção e distribuição dos produtos e serviços angolanos e espaço para ser uma base de dados fiável sobre os sectores culturais.
	4. Estimular programas de exportação e promoção de bens e serviços culturais e formular políticas de redução de tarifas.
	5. Catalogue e registre todas as partes interessadas do CCI em uma plataforma.
<b>Grupo 3</b>	1. Criar uma plataforma para catalogar os setores do CCI.
	2. Facilitar espaço/Equipamentos Multifuncionais para produção e treinamento de CCIs.
	3. Infraestrutura em todo o território nacional para educação nas áreas dos ICCs.
	4. Exposição virtual para internacionalização de produtos locais.
	5. Reforma da política básica de saúde, reforma e acesso ao crédito para dar sustentabilidade aos fazedores de cultura.



Conforme referido anteriormente, as linhas de reflexão dos sectores público e privado complementam-se na necessidade de intervenções concretas que visem o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas em Angola. Habilitar, criar, facilitar e catalogar são verbos que permearam toda a oficina e esclareceram os pontos de recomendação que apresentaremos a seguir.

## VI. Esboço da estratégia da CCI para Angola

Uma Estratégia da ICC para Angola deve ser um documento inspirador com tópicos acionáveis e recomendações para os setores público, privado e da sociedade civil. Com base no relatório de mapeamento e nas ricas discussões durante os workshops presenciais e online, uma Estratégia da ICC para Angola pode ser semelhante ao seguinte esboço.

### 1. Objetivo da estratégia

Promover a produção, distribuição e consumo de bens e serviços oferecidos pelas indústrias culturais e criativas de Angola, reconhecendo-as como uma componente estratégica para o desenvolvimento do país.

A estratégia:

- Define um quadro para todas as partes interessadas angolanas do CCI para maximizar o potencial das indústrias criativas e culturais;
- Envia uma mensagem forte às partes interessadas sobre a importância dos ICCs angolanos;
- Aumenta a visibilidade dos TPIs angolanos no estrangeiro. sectores privados e sociedade civil.

### 2. Principais partes interessadas

Partes interessadas públicas: ministérios, agências, departamentos relevantes, empresas públicas, instituições públicas de educação, centros culturais públicos, etc.

Stakeholders privados: trabalhadores das CCI, empresários e empresas, instituições financeiras, instituições de ensino privadas, centros culturais privados, consumidores, etc.

Sociedade civil: organizações da sociedade civil, etc.

Partes interessadas internacionais: organizações internacionais, bancos de desenvolvimento, agências e parceiros de desenvolvimento, embaixadas, turistas, etc.

### 3. Aspirações

Até 2025:

- aumentar em 50% o volume das exportações de produtos criativos angolanos;
- construir a marca “Angola Criativa” e torná-la uma referência no continente africano;
- posicionar a infra-estrutura digital de Angola entre as três melhores infra-estruturas do continente africano.

### 4. Principais áreas onde as partes interessadas podem agir. Alguns elementos sugeridos (lista não exaustiva).

#### a. Coordenação e gestão

Criação e operacionalização do grupo executivo da Estratégia ICC para Angola, com vista à formulação, pactuação, execução e avaliação de programas e projectos; criação e operacionalização de um órgão consultivo do grupo executivo da Estratégia ICC para Angola.

#### b. Taxonomia

Implementação de um Projeto de Construção da Taxonomia da Cultura, de forma a viabilizar a criação do Sistema de Informação e Indicadores Culturais de Angola.

#### c. Legislação

Proposta de projetos de lei federais e municipais relacionados a temas como: direitos autorais; simplificação e eficiência tributária; isenção na importação de insumos e equipamentos para os setores culturais e criativos; e regulamentação profissional dos trabalhadores da ICC.

**d. Propriedade intelectual**

Fortalecer e modernizar as legislações relacionadas à propriedade intelectual e direitos autorais.

Sensibilizar para estes direitos e reforçar a sua aplicação.

Implantação em universidades públicas e privadas de escritórios modelo de consultoria em propriedade intelectual;

**e. Estatísticas**

Construção da conta satélite da cultura angolana; implementação de observatórios regionais de economia criativa.

**f. Coleção de dados**

Implementação de parceria entre o governo federal e o Instituto Nacional de Estatística para financiamento de projetos de melhoria da qualidade dos dados coletados em pesquisas sobre economia criativa em Angola.

**g. Educação e treinamento**

Promoção de projetos de Formação Inicial e Continuada – FIC voltados para as cadeias produtivas dos ICCs angolanos.

**h. Parcerias**

Concepção e implementação de projectos de cooperação técnica internacional entre o governo angolano, parceiros bilaterais e organizações multilaterais visando a promoção dos produtos das ICCs de Angola.

**i. Infraestrutura física**

Concepção e implementação do “Programa Cinema Perto de Si”, com o objetivo de expandir, diversificar e descentralizar o mercado de cinemas em Angola.

**j. Infraestruturas digitais**

Desenho e implementação de hubs para otimização de meios de comunicação, como a internet, e também um projeto para facilitar meios de pagamento online.

**k. Financiamento**

Concepção e implementação de um programa de concessão de crédito e assistência técnica às micro e pequenas empresas dos sectores culturais e criativos de Angola.

**l. Rotas para receitas**

Formação de empresários e trabalhadores CCI em marketing, empreendedorismo, finanças, para capacitá-los a aumentar as receitas.

Desenho e implantação de projeto que desenvolve um programa de mapeamento de fazedores de cultura para inserir e viabilizar o faturamento interno das CCIs.

**m. Marca e imagem**

Formulação de uma política de promoção comercial da circulação e exportação de produtos criativos angolanos, assente na marca "Angola Criativa" ou "Criado em Angola".

**n. Diplomacia cultural e criativa**

Concepção e implementação de um programa de apoio à participação em eventos internacionais e ao intercâmbio de artistas e grupos angolanos no estrangeiro e de artistas e grupos estrangeiros em Angola.

## VII. Projetos e intervenções adicionais para fortalecer as ICCs de Angola

Os estudos culturais, especialmente no que diz respeito aos territórios, podem ser estratégicos na construção de novas epistemologias, baseadas menos em elementos que produzam consensos entre países do que na análise de tensões, fissuras, desvios e cruzamentos entre eles.

A cultura, tanto quanto o desenvolvimento, tem sido considerada, nos últimos séculos, como produto de uma razão universal. A partir do século XVIII, a palavra cultura passou a ser entendida como civilização, ou seja, como um conjunto de práticas (artes, ciências, técnicas, filosofia, ofícios) capazes de avaliar e hierarquizar o valor dos regimes políticos, segundo um critério de evolução. O progresso de uma civilização era avaliado por sua cultura, assim como a cultura era avaliada pelo progresso que traz à civilização.

Embora a cultura não seja mencionada explicitamente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU para 2030, eles aparecem em um contexto de crise do Estado, dos governos e das instituições. Esta crise é avassaladora também no campo das políticas e da gestão cultural, quase sempre impotentes diante dos desafios das sociedades do século XXI. Das artes às expressões culturais, da cópia à criatividade, da segmentação à transversalidade, do gasto à economia criativa, da quantidade à qualidade, dos produtos aos processos, do consumo aos direitos culturais, da gestão à governança, da vontade à responsabilidade, as culturas das instituições também são postas à prova. Declarações, convenções e outros documentos internacionais, quando se trata de Cultura em Desenvolvimento Sustentável, compreendê-lo como um aspecto separado e independente das outras dimensões do desenvolvimento. Esta percepção centra-se na proteção dos bens culturais, reduzindo a cultura aos setores artístico e cultural. Essa visão desvincula a relação entre natureza e cultura de outras questões sociais e planetárias, tomando finalmente a cultura como o quarto pilar do desenvolvimento. Por outro lado, a percepção da Cultura para o Desenvolvimento Sustentável a entende como mediadora e facilitadora, com a tarefa primordial de traduzir conflitos e demandas entre diferentes grupos sociais, seus valores e modos de viver. A partir dessa percepção, a cultura confere sustentabilidade aos projetos de desenvolvimento dos povos e nações, agregando-lhes um significado social e humano. Mas, o grande desafio dos documentos internacionais mais recentes (como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável) é conceber a Cultura como o próprio Desenvolvimento Sustentável, ou seja, é a cultura que cria as condições de sustentabilidade para o desenvolvimento do planeta. Nesse sentido, a cultura é muito mais um processo do que um produto, é aprendizado, matriz de transformação e fundamento para a construção de novas epistemologias, outras formas de pensar, ser e agir no mundo. Nesse contexto, as políticas culturais públicas devem apostar cada vez mais na governança territorial, uma governança capaz de tornar os indivíduos protagonistas de seu desenvolvimento. Assim, a cultura passa a significar o próprio desenvolvimento e, para isso, necessita de novos modelos mentais, novas estruturas públicas.

O resultado é que, apesar da diversidade cultural e das tecnologias sociais produzidas nos países da CPLP, suas experiências ainda não são reconhecidas, sendo quase sempre tratadas como casos de gestão. Esses países, por meio de suas tecnologias sociais, especialmente nas áreas de governança, multiculturalismo, direitos humanos e gestão cultural, bem como sistemas alternativos de produção, biodiversidade e propriedade intelectual, são um espaço estratégico para o florescimento de novas epistemologias. Apesar da invisibilidade dessas práticas no contexto global, elas são reveladoras dos novos conteúdos que a cultura passa a agregar aos significados do desenvolvimento.

Por fim, seja na estruturação de novas governanças, no enfrentamento dos fatores culturais da pobreza, na ampliação dos papéis da economia criativa como fonte de desenvolvimento sustentável, na produção de novos indicadores culturais, na construção de programas educacionais que contribuam para a superação de todas as formas de discriminação contra as minorias, o desenvolvimento de novas habilidades interculturais, o incentivo ao empreendedorismo cultural e criativo, o reconhecimento de práticas culturais tradicionais, a gestão de

hábitos culturais em prol da alimentação e da saúde, a produção cultural verde e o uso de energia saneados pelas indústrias criativas, na integração das artes às cidades, especialmente em assentamentos urbanos vulneráveis, na criação de circuitos e territórios culturais e criativos, na humanização dos espaços públicos, com base na recuperação, restauração e novos usos do património cultural, no turismo criativo e no turismo cultural, na garantia de trabalho decente para os setores criativos, na inclusão de jovens marginalizados nos sistemas produtivos da economia criativa, na criação de condições de acesso dos pequenos empreendimentos ao crédito e financiamento, inovação em processos e produtos culturais e criativos, gestão dos direitos culturais, proteção das comunidades afetadas pela violência por meio de ações culturais e criativas sustentáveis, todas essas práticas são, por natureza, emancipatórias. na inclusão de jovens marginalizados nos sistemas produtivos da economia criativa, na criação de condições para o acesso de pequenos empreendimentos ao crédito e financiamento, na inovação em processos e produtos culturais e criativos, na gestão dos direitos culturais, na proteção das comunidades afetadas pela violência por meio de ações culturais e criativas sustentáveis, todas essas práticas são, por natureza, emancipatórias. na inclusão de jovens marginalizados nos sistemas produtivos da economia criativa, no criação de condições para o acesso de pequenos empreendimentos ao crédito e financiamento, na inovação em processos e produtos culturais e criativos, na gestão dos direitos culturais, na proteção de comunidades afetadas pela violência por meio de ações culturais e criativas sustentáveis, todas essas práticas são, por natureza, emancipatória. na inclusão de jovens marginalizados nos sistemas produtivos da economia criativa, na criação de condições para o acesso de pequenos empreendimentos ao crédito e financiamento, na inovação em processos e produtos culturais e criativos, na gestão dos direitos culturais, na proteção das comunidades afetadas pela violência por meio da cultura sustentável e ações criativas, todas essas práticas são, por natureza, emancipatórias. todas estas práticas são, por natureza, emancipatórias. na inclusão de jovens marginalizados nos sistemas produtivos da economia criativa, na criação de condições para o acesso de pequenas empresas ao crédito e financiamento, na inovação em processos e produtos culturais e criativos, na gestão dos direitos culturais, na proteção das comunidades afetadas pela violência por meio de ações culturais e criativas sustentáveis, todas essas práticas são, por natureza, emancipatórias. todas estas práticas são, por natureza, emancipatórias. na inclusão de jovens marginalizados nos sistemas produtivos da economia criativa, na criação de condições para o acesso de pequenas empresas ao crédito e financiamento, na inovação em processos e produtos culturais e criativos, na gestão dos direitos culturais, na proteção das comunidades afetadas pela violência por meio de ações culturais e criativas sustentáveis, todas essas práticas são, por natureza, emancipatórias. todas estas práticas são, por natureza, emancipatórias. na inclusão de jovens marginalizados nos sistemas produtivos da economia criativa, na criação de condições para o acesso de pequenas empresas ao crédito e financiamento, na inovação em processos e produtos culturais e criativos, na gestão dos direitos culturais, na proteção das comunidades afetadas pela violência por meio de ações culturais e criativas sustentáveis, todas essas práticas são, por natureza, emancipatórias. na proteção das comunidades afetadas pela violência por meio de ações culturais e criativas sustentáveis, todas essas práticas são, por natureza, emancipatórias. na proteção das comunidades afetadas pela violência por meio de ações culturais e criativas sustentáveis, todas essas práticas são, por natureza, emancipatórias.

Por fim, apresenta-se abaixo uma lista de projectos e intervenções concretas que o órgão governamental pode implementar na concepção e implementação de um plano de acção para o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas de Angola:

## **A. Estruturação do Ecosistema Criativo**

### **O que**

Compreende o levantamento e análise detalhada das características, identidades, potencialidades e vocações económicas do ecossistema criativo do território e a definição do seu grau de maturidade para o desenvolvimento territorial.

**Como**

Diagnóstico demográfico e socioeconômico do território

Mapeamento de atores políticos, culturais/criativos, ambientais, socioeconômicos e institucionais

Definição do índice de maturidade do território.

**B. Mapa do Ecossistema Criativo do Território****O que**

Consiste na implementação de um sistema de informação georreferenciada sobre o ecossistema criativo do território. Por meio de um mapa digital, os gestores e a comunidade em geral poderão identificar e visualizar os dados e informações de localização geográfica dos atores do território e sua infraestrutura.

**Como**

Compreende o levantamento e análise das infraestruturas, características, identidades, potencialidades e vocações sociais, económicas, ambientais e culturais do ecossistema criativo do território. , identidades, potencialidades e vocações sociais, económicas, ambientais e culturais dos atores que constituem o ecossistema criativo do território.

**C. Projeto Estratégico para o Desenvolvimento do Território Criativo****O que**

Consiste em facilitar/mediar a elaboração do plano estratégico e planos de ação interligados para o desenvolvimento do território.

**Como**

Mobilização dos atores do ecossistema criativo do território;

Realização do workshop (workshop) para a elaboração do Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Território Criativo; Realização de oficinas (workshops) para a elaboração dos Planos de Ação Interconectados para o Desenvolvimento do Território Criativo.

**D. Projeto de Sistema de Governança Inovadora de Territórios Criativos (SIG)****O que**

Para a estruturação de um Sistema de Governança Inovadora (SIG) é necessário envolver voluntários, profissionais de diversas áreas, hackers, criadores, empreendedores e lideranças territoriais. Os desafios atuais da gestão pública (mitigação da violência, inclusão social, mobilidade urbana, superação da desigualdade etc.) e superar problemas e impasses territoriais. Cabe a uma política de Estado liderar a criação e consolidação de vínculos de confiança, além de estruturar sistemas inovadores de governança que estimulem o aprendizado e a constituição de redes de colaboração abertas e recursivas no território.

**Como**

Desenho do modelo do Sistema de Governança Inovadora (SIG);

Implementação do modelo de Sistema de Governança Inovadora (SIG);

Oficinas de capacitação para governança.

**E. Plataforma de Gerenciamento de Território Criativo****O que**

Consiste no desenho conceptual e operacional e na implementação de um modelo de monitorização e avaliação de indicadores relacionados com o Plano Estratégico e os Planos de Acção Interligados para o desenvolvimento dos ICCs angolanos.

**Como**

Desenho conceptual e operacional do modelo de monitorização e avaliação;

Implementação da plataforma tecnológica de monitorização e avaliação (sala de situação).

## **F. Certificação de Territórios Criativos**

### **O que**

A Certificação de Territórios Criativos é um selo que reconhece espaços para a reinvenção da cidadania e oferece às forças criativas as condições necessárias para a construção de valores essenciais à expansão das liberdades humanas e ao desenvolvimento sustentável do território.

### **Como**

O selo será concedido por um conselho formado por pessoas e instituições que atuam, direta ou indiretamente, em territórios dedicados ao protagonismo das comunidades e ao desenvolvimento sustentável do território. A certificação segue uma metodologia focada em um sistema de avaliação periódica de indicadores multidimensionais, que devem ser monitorados em tempo real pelos gestores municipais. A Certificação de Territórios Criativos é dinâmica, ou seja, pode ser renovada ou não, pois está vinculada ao Índice de Maturidade de Territórios Criativos (IMTC).

## **G. Escola Livre de Economia Criativa para países de língua portuguesa**

### **O que**

A Escola Livre é uma plataforma online de formação gratuita e autónoma que opera em todos os setores das ICCs e liga os países de expressão portuguesa, sejam PALOP e/ou CPLP para potenciar redes de formação em todo o Grande Sul.

### **Como**

A Escola Digital será constituída por especialistas e consultores de todos os países de língua portuguesa para formação gratuita e simplificada para todos os sectores dos ICCs, promovendo assim a educação formal e não formal e assegurando uma rede de técnicos e criativos geradores de bens culturais e serviços e criativos no Grande Sul. A proposta é que a Escola seja um espaço de acolhimento e facilitação de redes de networking e desenvolvimento profissional e pessoal dos que atuam nos ICCs.

# Train for Trade II

Programa Conjunto UE-CNUCED para Angola

Este relatório foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflete necessariamente as opiniões da União Europeia.

